

Medidas por igualdade racial

No pacote de ações, apresentado pela ministra Anielle Franco, está a entrega de titulação de territórios quilombolas

► ANDREA MALCHER
► VICTOR CORREIA

Para um país formado por 56% de pretos e pardos — como apontou o último Censo — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, anunciarão o segundo pacote de medidas da igualdade racial do governo, com um volume de R\$ 68,9 milhões em recursos.

Apesar de 13 ações, articuladas entre diversas pastas, visam garantir ou ampliar o direito à vida, à inclusão, à memória, à terra e à reparação, eixos apontados por Anielle como pilares das políticas do ministério (veja arte).

“Quando me perguntam qual é a prioridade do Ministério da Igualdade Racial, digo que é a vida digna para todas as pessoas. Não aceitaremos nada menos do que isso”, pontuou a ministra, na cerimônia de ontem, Dia da Consciência Negra. “A cada ano, os dados persistem em comprovar que a fome e a insegurança alimentar, o acesso à educação e à saúde, o desemprego e as mortes violentas atingem de forma desigual a população negra. Fruto do racismo que impede que todo mundo possa viver bem”.

A solenidade foi marcada pelo reconhecimento dos obstáculos pelos quais passam negros e negras no Brasil. Lula avaliou que as medidas anunciadas pela pasta da Igualdade Racial são “o pagamento de uma dívida histórica que a supremacia branca construiu neste país”.

“E como se a gente estivesse plantando uma árvore. Para dar certo, essa árvore precisa ser semeada, tem que colocar água, tem que ter sol, adubo. E o adubo para as políticas públicas funcionarem são vocês”, frisou.

No evento, Anielle e Lula entregaram títulos de posse definitiva a dois quilombos: Ilha de São Vicente, em Araguaínas (TO), e Lagoa de Campinhos, em Amparo do São Francisco e em Telha (SE).

A titulação de terras quilombolas é uma pauta de relevância para o Ministério da Igualdade Racial, tendo em vista os violentos conflitos no interior do país.

Segundo o Censo divulgado este ano, apenas 5% da população quilombola vive em territórios titulados no país. An todo, são 3.850 comunidades no país.

Em memória daqueles que perderam a vida em conflitos do tipo, o Planalto fez um minuto de silêncio. Foi destacada a vida e luta de Maria Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete, ialorixá, ativista e líder do Quilombo Pitangos dos Palmares, assassinada em agosto deste ano, na Bahia.

“Os negros foram responsáveis pela construção deste país. Eles são vítimas de tanta violência. Tem tanta gente extraordinária que nos ensinou a ser como nós somos, da cor que nós somos, do jeito que nós gostamos de música, de samba, de futebol, que eu não poderia

Foto: Sérgio Frazon/Agência Brasil



Lula: medidas são “o pagamento de uma dívida histórica que a supremacia branca construiu neste país”

As iniciativas

Veja o que foi anunciado pelo ministério

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ)

Com previsão orçamentária de mais de R\$ 20 milhões, visa contribuir para o desenvolvimento sustentável dos quilombos, unindo a conservação ambiental, a efetivação de direitos sociais e a geração de renda para as futuras gerações. Os governos de Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí, estados que reúnem 1.875 quilombos, ou seja, 51% de todas as comunidades do país, sinalizarão que vão aderir à PNGTAQ.

Titulação de Terras Quilombolas

A pasta comandada por Anielle Franco atua junto ao Itina para acelerar os processos de titulação, e a meta é avançar com mais de 1,8 mil processos. Na solenidade de ontem, a ministra entregou títulos a mais de 300 famílias que garantem a posse.

Impacto em Alcântara (MA)

O pacote vai apoiar um projeto do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) para as comunidades quilombolas da cidade de Alcântara. Serão R\$ 5 milhões para cursos de capacitação, com ênfase em tecnologias sociais, voltados à garantia de alimentação e geração de renda, transferência de tecnologia e instalação de usinas fotovoltaicas.

Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)

Com aporte de R\$ 9 milhões, o programa busca formular, promover, articular e monitorar políticas que objetivem mais direitos e equiparação de oportunidades para negros, quilombolas, indígenas ou pessoas com deficiência, a partir das especificidades de cada grupo e diversidade. O PFAA será executado em parceria com os ministérios da Gestão, dos Povos Indígenas, de Mulheres e dos Direitos Humanos e Cidadania.



Grupo de Trabalho Interministerial de Comunicação Antirracista

O GT contará com o apoio da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) para propor uma comunicação inclusiva e de respeito dentro da administração pública. Será elaborado um Plano Nacional de Comunicação Antirracista, e o grupo deverá, ainda, propor estratégias para o fortalecimento de mídias negras, de promoção da diversidade racial, e veículos de comunicação, formação de porta-vozes, servidores e prestadores de serviço.

Primeira Infância Antirracista

Em cooperação entre o MIR e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), é voltada para a formação antirracista, bem como para atenuar os impactos do racismo entre crianças negras.

Brasil Sem Fome

O acordo de cooperação técnica entre o MIR e o MDS, no âmbito do Programa Brasil Sem Fome, é centrado em realinhar o compromisso do combate à fome e à pobreza, com a qualificação de serviços e equipamentos de assistência social.

Pequena África e Cais do Valongo

Acordo de cooperação técnica entre o MIR e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é voltado para a implementação de projetos culturais, preservação e valorização da herança africana. Além disso, a parceria vai fortalecer instituições culturais na região da Pequena África e do sítio arqueológico Cais do Valongo, ambas no Rio de Janeiro. O Cais do Valongo, considerado patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi o principal ponto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas. Estima-se que cerca de 1 milhão de pessoas desembarcaram no local.

Atendimento psicossocial especializado

Serão investidos R\$ 8 milhões para a capacitação especializada de trabalhadores do atendimento psicossocial voltada para mães e familiares vítimas de violência. Além disso, será elaborado um protocolo para o fluxo de atendimento e definição de diretrizes para supervisionar a rede socioassistencial. O projeto-piloto será na Bahia e no Rio de Janeiro.

Ano a ano, os dados persistem em comprovar que a fome e a insegurança alimentar, o acesso à educação e à saúde, o desemprego e as mortes violentas atingem de forma desigual a população negra. Fruto do racismo que impede que todo mundo possa viver bem”

Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial

fazer um discurso”, disse Lula, ao pedir à deputada Benedita da Silva (PT-RJ) que discursasse em seu lugar.

Primeira senadora negra no país, ela é autora do projeto que instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra e foi responsável pela proposta que inscreveu Zumbi dos Palmares no panteão dos heróis nacionais. “Assim como estamos empreendendo as universidades, vamos empretecer, também, os Poderes constituídos neste país”, ressaltou a parlamentar.

Benedita usou parte de seu discurso para cantar — e puxar o coro — a música *Juiz Final*, escrita por Nelson Cavaglinho, como síntese do desejo de negros e negras brasileiros: “O sol há de brilhar mais uma vez. A luz há de chegar aos corações. O mal será queimada a semente. O amor será eterno novamente. E o Juízo final. A história do bem e do mal. Que ter olhos pra ver. A maldade desaparecer”.

Câmara

Na Câmara, a recém-criada Bancada Negra oficializou, ontem, seus coordenadores e fez uma rodada de reuniões com os chefes dos Poderes para apresentar suas pautas prioritárias.

O grupo será comandado por Damilão Feliciano (União-PSB), com as deputadas Talíria Petrone (PSol-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Sílvia Cristina (PL-RO) como 1ª, 2ª e 3ª vice-coordenadoras, respectivamente.

O anúncio ocorreu em solenidade no Salão Verde. A bancada Farf, hoje, a primeira participação na reunião dos líderes da Casa, comandada pelo presidente Arthur Lira (PP-AL). A resolução que criou o grupo também concedeu cinco minutos semanais de discurso, em plenário, para os parlamentares.

Os deputados escolheram o Dia da Consciência Negra para lançar as atividades da bancada, que representa os 122 parlamentares autodeclarados pretos ou pardos na eleição passada.

Damilão Feliciano classificou a criação da bancada como um feito “extraordinário”. Ele foi o autor do requerimento, com Talíria Petrone, aprovado em 1º de novembro. “A bancada negra vai do PT ao PL, do União ao PSol. Há o retrato do povo brasileiro dentro dessa bancada”, frisou.

Petrone, por sua vez, afirmou que os parlamentares negros terão um espaço para organizar e defender as demandas da população negra, com voz dentro do colégio de líderes. “Isso é histórico”, enfatizou.

Desde a criação, a bancada elencou 18 projetos como os mais importantes. Desses, se destacam a transformação do Dia da Consciência Negra em um feriado nacional, e a regulamentação do uso de reconhecimento facial pelas forças de segurança e nos inquéritos criminais, já que a tecnologia pode reproduzir vieses sociais e prejudicar pessoas negras.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Dia da Consciência Negra